

## 104º EXAME DA ORDEM

### 1ª FASE

1) Assinale a alternativa correta:

- a) O habeas data tutela a liberdade de locomoção;
- b) O mandado de segurança tutela a liberdade de locomoção;
- c) O habeas corpus tutela o direito líquido e certo que não seja o de locomoção;
- d) O mandado de segurança tutela direito líquido e certo não amparado por habeas corpus ou habeas data.**

2) Assinale a alternativa correta:

- a) A medida provisória enviada pelo Executivo ao Congresso Nacional, e por este não apreciada no prazo legal, torna-se nula;**
- b) A medida provisória enviada pelo Executivo ao Congresso Nacional, por este não apreciada no prazo legal, tem sua vigência prorrogada por tempo indeterminado;
- c) A medida provisória enviada pelo Executivo ao Congresso Nacional, e por este rejeitada no prazo legal, fica revogada;
- d) A medida provisória enviada pelo Executivo ao Congresso Nacional, e por este aprovada no prazo legal, retorna ao Presidente da República para sanção e transformação em lei.

3) Assinale a alternativa correta:

- a) A eleição para senador, na Constituição Federal, segue o sistema majoritário;**
- b) A eleição para senador, na Constituição Federal, segue o sistema proporcional;
- c) A eleição para deputado federal, na Constituição Federal, segue o sistema majoritário;
- d) A eleição para senador é feita em dois turnos.

4) Assinale a alternativa correta:

- a) O Poder Executivo federal é exercido pelo Presidente da República com auxílio dos ministros de Estado;**
- b) O Poder Executivo federal é exercido pelo Presidente da República auxiliado pelo Presidente do Senado da República;
- c) O Poder Executivo federal é exercido pelo Presidente da República auxiliado pelo Conselho da República;
- d) O Poder Executivo federal é exercido pelo Presidente da República com o auxílio do Presidente da Câmara dos Deputados.

5) Assinale a alternativa correta:

- a) Na Constituição brasileira, ao Presidente da República incumbe a Chefia de Estado,

apenas;

**b) Na Constituição brasileira, ao Presidente da República incumbe a Chefia de Estado e a Chefia de Governo, simultaneamente;**

c) Na Constituição brasileira, ao Presidente da República incumbe a Chefia de Governo, apenas;

d) Na Constituição brasileira, ao Presidente da República incumbe a Chefia do Gabinete de Ministros.

6) Uma emenda à Constituição só estará aprovada se:

**a) obtiver três quintos dos votos dos membros das duas Casas do Congresso Nacional;**

b) obtiver dois quintos dos votos dos membros das duas Casas do Congresso Nacional;

c) obtiver quatro quintos dos votos dos membros da Câmara dos Deputados, apenas;

d) obtiver quatro quintos dos votos dos membros do Senado da República, apenas.

7) Assinale a alternativa correta:

a) O Supremo Tribunal Federal compõe-se de doze ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e menos de cinquenta anos de idade;

**b) O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade;**

c) O Supremo Tribunal Federal compõe-se de quinze ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de vinte e cinco e menos de sessenta anos de idade;

d) O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de vinte e cinco e menos de setenta anos de idade.

8) Qual a afirmação certa:

**a) É cargo privativo de brasileiro nato, o de Presidente do Senado Federal;**

b) É cargo privativo de brasileiro nato, o de senador da República;

c) É cargo privativo de brasileiro nato, o de deputado federal;

d) É cargo privativo de brasileiro nato, o de Governador de Estado.

9) Assinale a alternativa correta:

a) ao Presidente da República compete suspender a execução de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal;

b) ao Presidente da Câmara dos Deputados compete suspender a execução de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal;

c) ao Conselho da República compete suspender a execução de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal;

**d) ao Senado Federal compete suspender a execução de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.**

10) O prazo prescricional de ação trabalhista, na Constituição Federal é de:

a) três anos para o trabalhador urbano, até o limite de dois anos após a extinção do contrato;

b) quatro anos para o trabalhador urbano, até o limite de um ano após a extinção do contrato;

**c) cinco anos para o trabalhador urbano, até o limite de dois anos após a extinção do contrato;**

d) um ano e seis meses para o trabalhador urbano, até o limite de três anos após a extinção do contrato.

11) Assinale a alternativa que traduz corretamente um princípio de direito administrativo:

**a) a administração pode, perfeitamente, nos termos da lei, constituir terceiros em obrigações, mediante atos unilaterais imperativos;**

b) a supremacia do interesse público sobre o interesse privado exclui do âmbito do direito administrativo a incidência do princípio da legalidade, eis que os atos do Estado trazem consigo a exigibilidade e a auto-executoriedade, e portanto prescindem sempre a lei;

c) a administração não deve necessariamente subjugar ao dever de alcançar sempre a finalidade normativa, uma vez que os interesses públicos são indisponíveis.

d) a administração não possui, via de regra, o dever de justificar todos os seus atos, apontando-lhes os fundamentos de direito e de fato, assim como a correlação lógica entre os eventos e as situações que deu por existentes e a providência tomada, mesmo nos casos em que este esclarecimento seja necessário para aferir-se a estrita consonância da conduta administrativa com a lei que lhe serviu de base.

12) O Estado de Defesa e o Estado de Sítio, doutrinariamente, podem ser considerados restrições excepcionais do princípio administrativo:

a) da supremacia d interesse público;

**b) da legalidade;**

c) da razoabilidade;

d) da moralidade administrativa.

13) No tocante à responsabilidade das autarquias, pode-se afirmar que:

a) as autarquias nunca são responsáveis pelos seus atos, somente seus agentes o são;

b) as autarquias federais e a União são solidariamente responsáveis pelos atos das primeiras;

**c) a responsabilidade do Estado com relação aos atos das autarquias é de caráter subsidiário;**

d) o Estado (União, Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme o caso) é o único exclusivo responsável pelos atos das autarquias.

14) Uma das modalidades de controle externo da Administração Pública é a exercida através do controle parlamentar direto. Pode-se corretamente afirmar com relação a tal controle que:

a) o Congresso Nacional, por não estar investido de função jurisdicional, não pode sustar os atos normativos exarados pelo Poder Regulamentar ou dos limites da delegação legislativa;

b) as Comissões Parlamentares de Inquérito, regularmente criadas, possuem poderes de

investigação próprios das autoridades judiciais, e podem, inclusive, exercer plenamente a função jurisdicional, aplicando o Direito, quer seja em colaboração com o Judiciário, quer seja, substituindo-o;

c) se ao Presidente da República for irrogada a prática de crime de responsabilidade e a Câmara dos Deputados acolher tal acusação, poderá julgá-lo, suspendendo-o imediatamente de suas funções;

**d) cabe ao Congresso Nacional julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República, bem como apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.**

15) Um dos grupos ou pessoas abaixo nomeados certamente não é legitimado para intentar ação de inconstitucionalidade:

a) o Presidente da República;

b) a Mesa da Assembléia Legislativa;

c) o partido político, desde que possua representação no Congresso Nacional;

**d) entidade de classe de âmbito municipal ou estadual.**

16) Os membros das mesas receptoras e apuradores de votos nas eleições podem ser classificados como:

a) agentes políticos;

b) servidores públicos;

c) delegados de ofício público;

**d) agentes requisitados para exercício de múnus público.**

17) Não há norma constitucional que autorize aos servidores públicos:

a) a contratação excepcional sem concurso público;

b) o direito de greve;

c) o direito de sindicalização;

**d) a acumulação remunerada de cargos, como regra.**

18) O sujeito ativo da revogação do ato administrativo é:

a) o Juiz de Direito;

**b) uma autoridade no exercício de função administrativa;**

c) o Ministério Público, Federal ou Estadual;

d) o Conselho de Estado.

19) Assinale a alternativa que não contém um requisito da desapropriação:

a) a necessidade pública;

b) utilidade pública;

**c) pagamento de indenização prévia, justa e em dinheiro nos casos de desapropriação para política urbana;**

d) pagamento em títulos oficiais da dívida pública quando se tratar de desapropriação para

reforma agrária.

20) Assinale a alternativa incorreta:

- a) os bens afetados são inalienáveis;
- b) somente os bens dominiais podem ser penhorados para que se satisfaça os créditos contra o Poder Público inadimplente;**
- c) os bens públicos são insusceptíveis de usucapião;
- d) os bens desafetados, ao passarem à categoria dos dominiais poderão, por meio de lei, perder a inalienabilidade.

21) Todo ato jurídico comporta condição. Assinale a exceção que não comporta:

- a) direitos inerentes em toda plenitude à personalidade humana;**
- b) direitos inerentes aos contratos de compra e venda sem cláusula de arrependimento;
- c) direitos inerentes à alienação fiduciária em garantia;
- d) direitos inerentes à venda a contento.

22) O herdeiro necessário poderá ser privado da legítima:

- a) mediante simples determinação do autor da herança consignada em testamento público;
- b) através de ação proposta pelo Ministério Público no caso de homicídio contra a vida daquele;
- c) por interessados na sucessão que detenham a maioria das quotas legitimárias;
- d) direitos inerentes à venda a contento.**

23) A solidariedade passiva não se presume, para tanto:

- a) depende somente do credor;
- b) depende somente do devedor;
- c) depende do tipo de contrato adotado;
- d) depende da lei ou da vontade das partes.**

24) A extinção da hipoteca perante terceiros opera-se desde:

- a) o dia da consumação da prescrição liberatória;
- b) o aperfeiçoamento da arrematação do bem gravado em hasta pública;
- c) o trânsito em julgado de sentença proferida em processo colimando aquela finalidade;
- d) a averbação no respectivo registro imobiliário.**

25) Na execução da obrigação de dar coisa incerta a escolha caberá:

- a) ao credor, nas determinadas pelo gênero e quantidade;
- b) ao devedor, que poderá optar pela melhor;
- c) ao devedor, que poderá prestar a pior;
- d) ao devedor, se o contrário não resultar do título da obrigação.**

26) Aponte a anulabilidade do casamento num desses casos:

- a) **Contraído por pessoa sob o pátrio poder, tutela ou curatela, sem a autorização do representante legal ou suprimento judicial;**
- b) Quando ocorrer com pessoas consanguíneas;
- c) Contraído entre o adotante com o cônjuge do adotado e o adotado com o cônjuge do adotante;
- d) O cônjuge adúltero com seu co-réu, como tal condenado.

27) Na ordem da vocação hereditária os sogros estão classificados como:

- a) **parente de 1º grau;**
- b) parente de 2º grau;
- c) parente de 3º grau;
- d) não estão classificados como parentes.

28) Para efeito de contagem de anos para indenização por ato ilícito, com a morte da vítima, considera-se a vida máxima do brasileiro em:

- a) 60 anos de vida;
- b) **65 anos de vida;**
- c) 70 anos de vida;
- d) Não há limite de idade.

29) Na responsabilidade objetiva, há que se comprovar:

- a) culpa do agente que cometeu o ilícito;
- b) culpa pelo acidente da vítima que assumiu o risco pelo acidente ocorrido;
- c) há a necessidade de se comprovar a culpa de ambos;
- d) **não há necessidade de qualquer comprovação para ressarcimento.**

30) Associação de Defesa do Consumidor ingressa em juízo defendendo os interesses de seus associados em face da empresa X, por meio de ação civil pública. Distribuída a demanda, o Juízo deverá:

- a) em que somente o Ministério Público pode propor a ação civil pública;
- b) determinar a citação da ré e intimar o Ministério Público para que ingresse na demanda como litisconsorte necessário ativo;
- c) **determinar a citação da ré e intimar o Ministério Público para que ingresse na demanda como fiscal da lei;**
- d) determinar, preliminarmente, que a autora comprove que está constituída a pelo menos dois anos nos termos da legislação civil.

31) Caio propõe execução em face de Tício, requerendo o pagamento de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Cornélia, esposa de Tício, vem a juízo alegando que o imóvel pertence ao casal e, sendo o débito exclusivo do executado, a penhora somente pode recair sobre bens deste, devendo a mesma ser desconstituída:

- a) Cornélia deverá ingressar com embargos de devedor e, provando suas alegações, serão estes acolhidos, determinando-se a penhora de outros bens do executado;
- b) Cornélia deverá ingressar com embargos de terceiro e, provando suas alegações e sendo o bem penhorado indivisível, serão os embargos acolhidos e determinada a penhora de outros bens;
- c) Cornélia deverá ingressar com embargos de terceiro, os quais não serão acolhidos em nenhuma hipótese, na medida em que os débitos do cônjuge por presunção absoluta recaem sobre bens do outro cônjuge;
- d) Cornélia deverá ingressar com embargos de terceiro e, provando suas alegações e sendo o bem penhorado indivisível, o mesmo será levado à praça, mas metade do produto da arrematação lhe será entregue.**

32) Caio aciona Tício, pleiteando sua condenação a entregar determinado bem imóvel. A demanda é julgada procedente e Tício recorre ao Tribunal. O Juízo de primeiro grau recebe o recurso e intima o recorrido para contra-razões. Sob o argumento de que o bem lhe deve ser imediatamente, não obstante o efeito suspensivo do recurso, tendo em vista que Tício, por escrito, lhe comunicou que irá destruí-lo, Caio deverá:

- a) ingressar com medida cautelar perante o Juízo recorrido, pleiteando a entrega imediata do bem;
- b) ingressar com pedido de tutela antecipada perante o Juízo recorrido, pleiteando a entrega do bem;
- c) ingressar com medida cautelar perante o Tribunal competente para julgar o recurso, pleiteando a entrega imediata do bem;
- d) ingressar com pedido de tutela antecipada perante o Tribunal competente para julgar o recurso, pleiteando a imediata entrega do bem.**

33) Caio propõe ação de depósito diante de Tício. Tício, regularmente citado, apresenta contestação. A demanda é julgada procedente e determinada a devolução do bem. Iniciada a execução, Tício comunica que alienou o bem a terceiro. Caio poderá requerer:

- a) a prisão civil de Tício até que ele devolva o bem;
- b) a prisão civil de Tício, por até um ano, cessando o decreto de prisão no momento em que Tício devolver o bem ou pagar o seu valor;**
- c) a execução por quantia certa, na medida em que a prisão civil configura meio de coerção para cumprimento de obrigação de entrega de coisa certa e não para pagamento de quantia em dinheiro;
- d) a anulação da venda, na medida que, em se tratando de condenação a entrega de bem, não pode ser convertida para obrigação de pagar.

34) Caio propõe demanda em relação a Tício, requerendo a condenação deste ao pagamento de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), em razão de danos oriundos de acidente automobilístico. Tendo em vista que Tício possui contrato de seguro perante a Companhia de Seguros X, que prevê cobertura de danos causados a terceiros, deverá:

- a) contestar a demanda, denunciando à lida a seguradora;

- b) nomear à autoria a seguradora, quando da audiência para tentativa de conciliação e oferecimento de resposta;
- c) requerer, em sua contestação, o chamamento ao processo da seguradora;
- d) contestar a demanda e, caso seja condenada, cumprir a sentença e após exercer o direito de regresso em face da seguradora.**

35) Caio propõe ação revisional de alimentos em face de seu pai, Tício. O Juiz determina a citação pelo correio, que é entregue ao porteiro do prédio em que reside Tício, que não contesta a demanda. Deverá o Juiz:

- a) determinar nova citação do réu, por mandado, na medida em que a mesma não se concretizou;**
- b) declarar o réu revel, na medida em que a citação pelo correio pode ser feita perante o responsável pela portaria do prédio, julgando procedente a demanda;
- c) declarar o réu revel, mas nomear curador especial para oferecer a contestação;
- d) citar o réu, desta vez por edital, a fim de que o mesmo conteste a demanda, sob pena de ser nomeado curador especial.

36) O Ministério Público do Estado de São Paulo propõe demanda em relação a Tibúrcio, alegando que este desmatou, indevidamente, área de proteção ambiental. Anteriormente, Tibúrcio já havia sido autuado pelo Ibama, sob esse argumento. Antes do ajuizamento da ação civil pública, Tibúrcio propôs na Justiça Federal ação anulatória do auto de infração lavrado pelo Ibama:

- a) as duas demandas, tendo em vista sua conexão, deverão ser reunidas perante a Justiça Federal, assumindo como autor da ação civil pública o Ministério Público Federal;
- b) as duas demandas, tendo em vista a continência, deverão ser reunidas perante a Justiça Estadual para processamento e julgamento;
- c) as duas demandas prosseguirão separadamente, na medida em que inexistente a possibilidade de conexão ou continência neste caso;**
- d) as duas demandas, tendo em vista a continência, deverão ser reunidas perante a Justiça Federal, assumindo como autor da ação civil pública o Ministério Público Federal.

37) Caio propõe a Tício execução por quantia certa contra devedor solvente. O Juízo determina a citação do executado para pagar ou nomear bens à penhora. O executado, citado, não faz a nomeação. O oficial de justiça dirige-se à sua residência para penhorar bens, mas Tício se tranca dentro do imóvel. O oficial deverá:

- a) dirigir-se a uma delegacia de polícia e requerer força policial para arrombar o imóvel, procedendo ao arresto de bens;
- b) dirigir-se a uma delegacia de polícia e requerer força policial para arrombar o imóvel, procedendo à penhora de bens;
- c) informar a resistência ao Juízo que determinará a prisão do executado por crime de desobediência;
- d) informar a resistência ao Juízo que determinará o arrombamento do imóvel para que possa ser feita a penhora de bens.**

38) O direito comercial é visto segundo a clássica divisão pedagógica do Direito como um Direito Privado, assim sendo, permite do seu intérprete ou articulador, o manuseio de suas regras, dentro da liberdade contratual e do elemento volitivo; propiciar acordos segundo convenções próprias entre particulares. Destarte, a norma contida no artigo 45 da Lei nº 8.245/91 que fulmina de nulidade as disposições contratuais que afastem o direito à renovação da locação de que trata o artigo 51 da mesma Lei, é válida:

- a) apenas no silêncio do contrato de locação;
- b) em qualquer situação contratual de locação;**
- c) apenas quando as partes ratificarem contratualmente a validade do artigo 45 acima mencionado;
- d) apenas quando as partes ratificarem a aplicação da Lei nº 8.245/91 como um todo.

39) O pedido de restituição de coisa arrecadada em poder de falido abrange:

- a) quaisquer bens corpóreos;
- b) apenas mercadorias;
- c) apenas bens imóveis;
- d) quaisquer bens corpóreos e incorpóreos, inclusive dinheiro.**

40) As recentes alterações legislativas no âmbito da sociedade por ações privilegiaram o acionista preferencial, notadamente, atribuindo-lhe uma prioridade na distribuição dos lucros da companhia, que deve ser de, no mínimo:

- a) 10% superior ao valor pago às ações ordinárias;**
- b) 20% superior ao valor pago às ações ordinárias;
- c) 25% superior ao valor pago às ações ordinárias;
- d) não fixou valor, apenas determinou a preferência, relegando o tema ao que for decidido pela Assembléia Geral.

41) A dissolução societária judicial prevista no artigo 1.218 do Código de Processo Civil, dando por vigentes as disposições dos artigos 655 e seguintes do C.P.C. de 1939, tem por objetivo básico:

- a) a decretação da dissolução societária;
- b) a decretação da dissolução societária e nomeação de liquidante;
- c) a decretação da dissolução societária e nomeação de liquidante, realização de ativo, pagamento de passivo e distribuição da massa residual entre os sócios;**
- d) a decretação da dissolução societária, com pagamento do passivo, realização do ativo e distribuição do remanescente entre os sócios.

42) As sociedades em "conta de participação" têm seu contrato social levado a registro:

- a) nas Juntas Comerciais dos respectivos Estados-Membros;
- b) nos Cartórios de Títulos e Documentos;
- c) nos Cartórios de Registro Civil das Pessoas Jurídicas;
- d) não têm seu contrato social levado a registro.**

43) O aval de um título de crédito será sempre:

- a) total apenas;
- b) parcial apenas;
- c) total ou parcial;**
- d) translativo.

44) O título de crédito oriundo de fatura é:

- a) letra de câmbio;
- b) nota promissória;
- c) cheque;
- d) duplicata.**

45) Títulos negociáveis, sem valor nominal e estranhos ao capital social, que conferem aos seus titulares direito de crédito eventual, consistentes na participação nos lucros da companhia emissora, são os definidos como:

- a) ações ordinárias;
- b) debêntures;
- c) partes beneficiárias;**
- d) ações preferenciais.

46) A "tradição" que é uma das maneiras de aquisição de domínio, apresenta-se sob qual forma

- a) Real;
- b) Simbólica, virtual, alegórica ou ficta;
- c) Consensual;
- d) As três formas acima mencionadas.**

47) O contrato de representação comercial deverá conter:

- a) a zona em que será exercida a representação;**
- b) a cláusula "del credere";
- c) cláusula de exclusividade;
- d) o valor da indenização sobrevivendo a rescisão contratual.

48) Caio porque quer matar, fere Beatriz que, entretanto, é morta no hospital, por efeito de uma injeção trocada que lhe ministra o enfermeiro. Caio responde por:

- a) tentativa de homicídio;**
- b) homicídio doloso (dolo eventual);
- c) homicídio culposo;
- d) homicídio preterdoloso (dolo no antecedente e culpa no conseqüente).

49) "Sertanejo mata de tocais o estuprador de sua filha". Estamos diante de:

- a) Homicídio qualificado (121 § 2º IV - de emboscada);
- b) Concomitância de homicídio qualificado (emboscada) e privilegiado (121 § 1º - relevante valor moral);
- c) Homicídio privilegiado (se for reconhecido o homicídio privilegiado - relevante valor moral - não se indagará sobre a circunstância qualificadora do mesmo crime);**
- d) Homicídio simples (nem privilégio nem qualificação. Ambas circunstâncias se anulam).

50) "Caio ofendeu a integridade física de "A", resultando a perda de um dos testículos". Responde por lesão corporal:

- a) simples (artigo 129);
- b) de natureza grave (129 § 1º III - debilidade permanente de membro, sentido ou função);**
- c) de natureza gravíssima (129 § 2º nº III - perda ou inutilização de membro, sentido ou função);
- d) culposa - (129 § 6º resultado não se coaduna com dolo. Houve culpa).

51) Em que peça processual devem ser arroladas as testemunhas a serem ouvidas em plenário nos crimes de competência do Tribunal do Júri?

- a) defesa prévia;
- b) alegações finais;
- c) libelo-crime acusatório;
- d) contrariedade de libelo crime acusatório.**

52) Um agiota, havendo emprestado determinada quantia, exigiu do devedor documento com data em branco em que declarava ter recebido aquela importância para depositar no dia seguinte em certo banco. O mutuário foi avisado que, se no dia aprazado não pagasse a soma mutuada e mais os juros onzenários, ele preencheria a data no documento e daria queixa à Polícia por apropriação indébita. Com sua ação, o agiota descreveu um tipo do Código Penal:

- a) extorsão;
- b) extorsão indireta;**
- c) apropriação indébita;
- d) ameaça.

53) "A" ingressa no quarto de "B", deixando-a pensar ser o marido. Mantém com ela conjunção carnal. Descoberta a fraude, usa de violência para completar a conjunção até chegar ao orgasmo. Praticou um crime contra os costumes:

- a) estupro;**
- b) atentado violento ao pudor;
- c) posse sexual mediante fraude;
- d) atentado ao pudor mediante fraude.

54) Caio quer matar um casal de namorados por meio de dois tiros. Ocorre que, contra a vontade dele, um só tiro foi suficiente para matar ambos:

a) concurso formal primário - aplica-se a pena por exasperação - um só crime de homicídio aumentada a pena de um sexto até a metade;

**b) concurso formal impróprio - aplica-se a pena por cúmulo - dois homicídios;**

c) concurso material - aplica-se a pena por exasperação - um só crime de homicídio aumentada a pena de um sexto até a metade;

d) concurso material - aplica-se a pena por cúmulo - dois homicídios.

55) Qual a afirmação incorreta:

**a) o Ministério Público poderá desistir do recurso por ele interposto;**

b) ao Ministério Público é facultado desistir da oitiva de algumas testemunhas na instrução de processo ordinário;

c) o Ministério Público poderá operar transação com o indiciado nos processos, em que a pena privativa da liberdade não ultrapasse período anual;

d) o Ministério Público em ação de que seja titular não será lícito substituir o juiz no interrogatório do acusado.

56) Cogita-se, segundo a imprensa, que o Presidente da República vá extinguir a punibilidade dos condenados que já se encontrem no leito de morte. Se o fizer, fá-lo-á mediante:

a) anistia;

b) graça;

**c) indulto;**

d) abolitio criminis.

57) Médico retém paciente já curado no hospital para receber honorários. Certamente, o agente cometeu o crime de:

a) seqüestro;

b) cárcere privado;

c) ameaça;

**d) exercício arbitrário das próprias razões.**

58) João foi preso em flagrante e formalmente indiciado por ter cometido crime de extorsão. Ainda em fase de Inquérito Policial, atendendo representação do Delegado de Polícia, decretou-se o seqüestro dos bens imóveis do acusado com o fim de assegurar os direitos do ofendido, um vez que tais bens teriam sido adquiridos com os proventos da infração. Os bens imóveis, contudo, já haviam sido transferidos a terceiros. Neste caso:

a) a medida assecuratória é nula, pois ainda não está instaurada a ação penal;

**b) para a decretação do seqüestro bastará a existência de indícios veementes da proveniência ilícita dos bens;**

- c) a autoridade policial não tem competência para requerer o seqüestro de bens do indiciado;
- d) a medida assecuratória é impraticável pois os bens já não pertencem ao indiciado.

59) Um indivíduo brasileiro, residente no Uruguai, com endereço completo constante dos autos foi denunciado pela prática de crime inafiançável. Citado por edital, com prazo de trinta dias, não atendeu ao chamamento, porém constituiu defensor. Em alegações finais, o Ministério Público pediu a sua condenação e, por força dela, a expedição de mandado de prisão. A defesa, por sua vez, alegou, em preliminar, a nulidade processual a partir da citação, argumentando que a mesma deveria ter sido feita por carta rogatória. Ao prolatar a sentença, o magistrado deverá:

- a) rejeitar a preliminar argüida pela defesa pois o acusado foi citado conforme determina a lei processual;
- b) rejeitar a preliminar argüida pela defesa pois o Ministério Público opinou pela rejeição da mesma;
- c) acatar a preliminar e anular os autos a partir da citação, pois o acusado deveria ter sido citado mediante carta rogatória com prazo de trinta dias;
- d) rejeitar a preliminar e anular os autos a partir da citação, pois o acusado deveria ter sido citado mediante carta rogatória;**

60) Uma queixa-crime devidamente ajuizada descreve crime de calúnia. O querelato oferece a exceção da verdade, consoante lhe faculta o Código Penal. Neste caso, o querelante poderá:

- a) contestar a exceção no prazo de dois dias, arrolando as testemunhas indicadas na queixa;**
- b) contestar a exceção no prazo de três dias, arrolando as testemunhas indicadas na queixa;
- c) contestar a exceção no prazo de dois dias, não podendo arrolar testemunhas;
- d) o querelante não poderá contestar a exceção pois já expôs todas as razões de fato e de direito na inicial.

61) Nos crimes da competência do Tribunal do Júri, terminada a inquirição das testemunhas, o Juiz mandará dar vista dos autos para alegações:

- a) ao defensor do acusado, ao Ministério Público e ao assistente de acusação, respectivamente, pelo prazo de três dias;
- b) ao Ministério Público, ao assistente de acusação e ao defensor do acusado, respectivamente, pelo prazo de três dias;
- c) ao Ministério Público, ao assistente de acusação e ao defensor do acusado, respectivamente, pelo prazo de cinco dias;
- d) ao Ministério Público e ao assistente de acusação no prazo comum de cinco dias e ao defensor do acusado por igual prazo.**

62) João, primário e sem qualquer antecedente criminal, foi preso preventivamente por ter, supostamente, praticado crime de homicídio. Após o encerramento da instrução criminal, convencendo-se da existência do crime e de indícios de autoria, poderá o Magistrado:

**a) pronunciar o acusado revogando a prisão preventiva, em razão de sua primariedade e bons antecedentes;**

b) impronunciar o acusado pois os autos constam apenas indícios de autoria;

c) despronunciar o acusado;

d) absolver sumariamente o acusado, recorrendo de ofício.

63) Teobaldo encostou seu veículo diante da garagem de Eustáquio, tendo sido advertido pelo proprietário que o local era passagem de vários veículos. Não tendo sido atendido, Eustáquio passou a chutar o veículo de Teobaldo, causando prejuízo de grande monta. Diante destes fatos, Teobaldo ajuizou contra Eustáquio ação penal de iniciativa privada pelo cometimento de crime de dano. O processo encontrava-se em fase de alegações finais, porém, decorreu o prazo de manifestação do querelante. Neste caso o Magistrado deverá declarar:

a) a prescrição por inércia do querelante, julgando extinta a punibilidade do querelante;

b) a preclusão do ato processual determinando o arquivamento dos autos, por inércia do querelante;

c) a perempção por inércia do querelante, julgando extinta a pretensão executória;

**d) a perempção por inércia do querelante, julgando extinta a punibilidade do querelante.**

64) Antônio foi autuado em flagrante por infração ao artigo 21 da Lei das Contravenções Penais, cujo procedimento segue as normas da Lei nº 9.099/95. Rejeitada em audiência preliminar a proposta do Ministério Público, foi oferecida a denúncia. O Magistrado, contudo, rejeitou a inicial acusatória. Diante disto o Ministério Público poderá:

a) agravar a decisão judicial no prazo de cinco dias;

b) interpor recurso no sentido estrito no prazo de cinco dias;

**c) apelar da decisão judicial no prazo de dez dias;**

d) apelar da decisão judicial no prazo de cinco dias.

65) José produziu lesões corporais culposas em Marcondes José em razão de uma colisão de veículos. O laudo pericial anexo constatou que a vítima teve amputação de membro superior direito. Neste caso:

a) a vítima deverá representar no prazo prescricional de seis meses por tratar-se de crime de ação penal pública incondicionada;

b) o Ministério Público deverá oferecer denúncia por tratar-se de crime de ação penal pública condicionada à representação;

**c) a vítima deverá representar no prazo de seis meses por tratar-se de crime de ação penal pública condicionada à representação;**

d) a vítima deverá oferecer queixa-crime no prazo decadencial de seis meses por tratar-se de crime de ação penal privada.

66) O livramento condicional para condenado por crime hediondo poderá ser concedido:

- a) pelo Juiz das Execuções Criminais, ouvidos o Ministério Público e o Conselho Penitenciário, após o cumprimento de metade da pena;
- b) pelo Juiz das Execuções Criminais, ouvidos o Ministério Público e o Conselho Penitenciário, após o cumprimento de dois terços da pena;**
- c) pelo Juiz que prolatou a sentença condenatória, ouvido o Ministério Público, após o cumprimento de dois terços da pena;
- d) pelo Juiz das Execuções Criminais, após o cumprimento de metade da pena, a pedido do Diretor do Presídio, desde que comprovado o bom comportamento do réu.

67) João foi condenado por sentença transitada em julgado, a cumprir a pena de três anos de reclusão em regime semi-aberto. Durante o cumprimento da pena João poderá:

- a) visitar sua família nos finais de semana, autorizado pela administração do presídio;
- b) visitar sua família nos finais de semana, desde que autorizado pelo Juiz das Execuções, ouvidos o Ministério Público e a administração do presídio;
- c) obter autorização para saída temporária concedida pelo Juiz das Execuções, desde que esteja frequentando curso superior na Comarca do Juízo das Execuções;
- d) obter autorização para saída temporária concedida pelo Juiz das Execuções, ouvidos o Ministério Público e a administração do presídio, desde que esteja participando de atividades que concorram para seu retorno ao convívio social.

68) De acordo com o disposto no art. 8º da Constituição Federal, é livre a associação profissional, observando o seguinte:

- a) ao sindicato cabe a defesa dos direitos individuais dos associados, exclusivamente em questões judiciais;
- b) ao sindicato, e na sua ausência à federação ou à confederação, cabe a defesa dos interesses da categoria, em processos judiciais, cabendo aos sócios dessas entidades, a intervenção assistencial;
- c) ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;**
- d) o sindicato, a federação e a confederação têm legitimidade concorrente para defender os direitos da categoria, em processos judiciais.

69) O empregado readmitido na empresa tem direito à contagem do tempo relativo ao contrato de trabalho anterior com o mesmo empregador quando:

- a) o período entre a dispensa e readmissão não tenha sido superior a 60 dias;
- b) independentemente do tempo de intervalo entre os dois contratos de trabalho, não tenha sido dispensado por falta grave, nem recebido indenização legal, nem se aposentado espontaneamente;**
- c) o período entre a dispensa e readmissão não tenha sido superior a 6 meses;
- d) não procede a pergunta. Nunca se computam períodos de trabalho descontínuos para o mesmo empregador.

70) De acordo com o disposto no art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho são consideradas faltas justificadas: I. até 3 dias consecutivos, em virtude de casamento e nos

dias em que estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior; II. por 1 dia a cada 12 meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada e até 2 dias consecutivos ou não para fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva; III. até 2 dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, viva sob sua dependência econômica; IV. no período de tempo em que tiver que cumprir as exigências do Serviço Militar referidas na letra c do art. 65 da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 ( Lei do Serviço Militar). Assinale a alternativa correta:

- a) as respostas I e II estão corretas;
- b) as respostas I e III estão incorretas;
- c) todas as respostas estão corretas;**
- d) as respostas I, II e IV estão incorretas;

71) A Participação nos Lucros e Resultados prevista no art. 7º, inciso XI da CF vem sendo reiteradamente regulada por medidas provisórias, que impõe exigências para o seu pagamento, tais como:

- a) o valor da participação nos lucros nunca poderá ser superior a 50% da remuneração total do empregado, sob pena de integrá-la para todos os fins; o ajuste desse valor deve ser feito com a participação da entidade sindical;
- b) a participação nos lucros e resultados será objeto de negociação entre a empresa e seus empregados, mediante comissão por estes escolhida, integrada, ainda, por um representante indicado pelo sindicato da categoria; de acordo com a Constituição Federal, a verba é desvinculada do salário;**
- c) a participação nos lucros e resultados será objeto de negociação entre a empresa e seus empregados, mediante comissão por estes escolhida; de acordo com a Constituição Federal, a verba é desvinculada do salário;
- d) a participação nos lucros e resultados será objeto de negociação exclusivamente entre a empresa e o sindicato dos empregados, os quais deverão formalizar acordo coletivo e depositá-lo na Delegacia Regional do Trabalho.

72) De acordo com a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, as gorjetas, cobradas pelo empregador de nota de serviço ou oferecidas espontaneamente pelos clientes, integram a remuneração do empregado, não servindo de base de cálculo:

- a) para as férias indenizadas, quando remuneradas na rescisão contratual;
- b) para qualquer verba de natureza indenizatória;
- c) do aviso prévio, adicional noturno, horas extras e DSR's;**
- d) o FGTS e o 13º salário.

73) Vencido no julgamento de agravo de petição, o reclamado interpôs recurso de revista, reiterando que os juros de mora e a correção monetária haviam sido calculados com erro visível, tendo em vista as épocas a partir das quais se tornaram devidas as parcelas da condenação. Assinale o desfecho considerado correto:

**a) o recurso não foi admitido pelo Juiz Presidente do Tribunal porque não houve demonstração inequívoca de violação direta à Constituição;**

b) o recurso foi admitido porque demonstrada a divergência jurisprudencial em relação à decisão em agravo de petição de outra Turma do mesmo Tribunal, em matéria idêntica;

c) o recurso não foi admitido, porque incabível recurso de revista de decisão de agravo de petição relativo a matéria de execução de sentença;

d) o recurso foi admitido, porque houve demonstração de ofensa a literal disposição de lei (art. 896, b, da CLT) e comprovação de dissídio jurisprudencial (art. 896, a, da CLT).

74) A interrupção da prescrição de direitos trabalhistas caracteriza-se:

a) pelo aproveitamento do prazo anterior à interrupção;

**b) pelo recomeço do prazo;**

c) por ser aplicável apenas às ações que envolvem direitos pecuniários;

d) não procede a pergunta. A prescrição, assim com a decadência, não é sujeita à interrupção.

75) Assinale a proposta correta:

a) confirmada a gravidez, se a gestante é dispensada sem justa causa ou arbitrariamente, tem direito à reintegração no emprego;

b) não goza de estabilidade provisória o empregado eleito apenas como suplente para o cargo de direção sindical;

**c) a dispensa de dirigente sindical pressupõe o cometimento de falta grave devidamente apurada em inquérito judicial;**

d) o empregado eleito dirigente da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes tem estabilidade a partir de sua eleição, e a despedida fica sujeita à apuração em inquérito judicial.

76) Assinale a alternativa incorreta:

a) os menores de 14 anos podem trabalhar, desde que o serviço não seja insalubre;

b) os menores de 14 anos podem trabalhar na condição de aprendizes;

**c) os menores de 18 anos podem firmar contrato de trabalho, quitar salários e verbas rescisórias;**

d) os menores de 14 anos podem firmar contrato de trabalho, quitar salários mas não verbas rescisórias.

77) Em tema de contrato de trabalho a prazo: I. justifica-se a determinação do prazo no contrato de trabalho quando a natureza do serviço tiver caráter transitório; II. é válido contrato de trabalho, por prazo indeterminado, para atender a realização de certo acontecimento futuro, de previsão aproximada, não podendo ser estipulado por mais de 2 anos; III. findo o contrato de trabalho, por prazo determinado, pelo advento do termo, poderão, de imediato, as partes celebrar um novo contrato a prazo certo, desde que esteja fundado em motivo que justifique a predeterminação no prazo; IV. não descaracteriza o contrato de trabalho por prazo determinado a sua simples prorrogação por mais de uma vez, quando há concordância das partes; Em face das alternativas acima, assinale corretamente:

- a) todas as alternativas estão corretas;
- b) apenas a de nº IV é incorreta;**
- c) as de nº I e II são corretas e as de nº III e IV estão incorretas;
- d) apenas a de nº III é incorreta.

78) Das contribuições que são descontadas dos empregados abaixo mencionadas, qual a alternativa correta:

- a) a contribuição associativa imposta por lei;
- b) a contribuição assistencial decorrente da vontade da assembléia do sindicato;
- c) a contribuição confederativa fixada por assembléia geral da categoria profissional para os associados da entidade de classe;**
- d) a contribuição sindical originária de acordo ou convenção coletiva.

79) Em que situação o empregado perde o direito a férias, no curso do período aquisitivo:

- a) deixar o emprego e não ser readmitido antes de 30 (trinta) dias subseqüentes à sua saída;
- b) receber salário por mais de 30 (trinta) dias, em virtude de paralisação da empresa;**
- c) receber prestação de previdência social por acidente do trabalho, ou doença, por até 120 (cento e vinte) dias;
- d) permanecer em gozo de licença remunerada por 30 (trinta) dias.

80) Qual a afirmação verdadeira que se presta a impor condenação em dobro do salário reclamado em Juízo:

- a) a confissão do débito;
- b) a despedida do empregado;
- c) a incontrovérsia, em processo de rescisão contratual, com a não satisfação do débito no momento próprio;**
- d) o não pagamento em virtude de rescisão contratual por justa causa.

81) O Município é pessoa jurídica de direito público interno, dotada, nos termos da Constituição Federal, de competência legislativa própria e exclusiva. Assim, pode-se afirmar com relação aos Municípios, que:

- a) tão-somente os governos federal e estadual podem intervir no exercício da competência tributária dos municípios, uma vez que, não obstante serem dotados de competência legislativa própria, devem abrir mão de seus tributos diante de lei federal ou estadual, hierarquicamente superiores, que assim o estabeleça;
- b) nem o governo federal, ou tão pouco qualquer tratado internacional, pode obrigar os Municípios a deixar de instituir tributos que são abrangidos por sua competência tributária;**
- c) os Municípios possuem competência de caráter residual, de forma que podem criar todo e qualquer tributo que não esteja reservado às competências exclusivas da União, dos Estados e do Distrito Federal;
- d) os Municípios foram alçados pela Lei Maior à posição de pessoas políticas, como os

Estados e o Distrito Federal, sendo certo que não podem livremente disciplinar os assuntos de interesse local, inclusive os que concernem à instituição e arrecadação dos tributos de sua competência.

82) Se um tributo é criado em 20 de agosto de 1997, é certo que só poderá ser cobrado em:

- a) 31 de dezembro do mesmo ano, eis que, via de regra, os tributos devem ser cobrados no mesmo exercício financeiro que haja sido publicada a lei que os instituiu;
- b) 1999, já que os tributos só podem ser cobrados pelo menos dois anos após a lei que os instituiu, já que o princípio da anualidade não foi adotado pelo atual Constituição Federal;
- c) 1º de janeiro de 1998, porque a lei que cria ou aumenta um tributo, ao entrar em vigor, fica com sua eficácia paralizada, até o início do próximo exercício financeiro, quando poderá então incidir e produzir efeitos na ordem jurídica;**
- d) a qualquer momento, pois a própria lei que cria um determinado tributo deve expressamente especificar o momento oportuno para que se efetue a sua cobrança, para que os contribuintes saibam com antecedência o momento exato que deverão ter de recolhê-lo.

83) Lei Estadual aumenta alíquota do ICMS em 1%, atrelando tal aumento diretamente à construção de hospitais. Assinale a alternativa que não traduz adequadamente a impropriedade de tal aumento:

- a) os impostos são uma modalidade de tributo que têm por hipótese de incidência um fato qualquer, que não esteja vinculado a uma atuação estatal;
- b) a entidade tributante criadora de impostos, não necessita oferecer a quem para, qualquer contraprestação direta, relacionada ao tributo;
- c) os impostos não são suportados por aqueles que realizam o fato imponible, sendo certo que o valor do imposto é sempre repassado para o valor de um determinado bem adquirido por terceira pessoa;**
- d) os benefícios recebidos pelos contribuintes dos impostos são difusos, não havendo qualquer correlação entre o montante do tributo pago por um determinado indivíduo e o eventual benefício que o Estado irá lhes proporcionar.

84) Não é juridicamente aceitável que os Estados pretendam angariar fundos para a manutenção das rodovias instituindo, através de decretos, taxas de pedágio, ao invés de tarifas ou preços públicos. Assinale a alternativa que melhor explica tal impropriedade:

- a) os preços públicos sempre pressupõe uma imposição legal que independe da vontade das partes, possuindo um caráter impositivo, na medida em que o Estado pode criar obrigações e deveres aos cidadãos, obrigando-os a pagar tarifas de forma coercitiva, ao passo que as taxas são pagas em um clima de liberdade contratual, podendo o contribuinte pagá-la ou não caso queira ou não receber um determinado benefício;
- b) é notadamente a mensurabilidade do serviço público prestado que condiciona a instituição de taxas, através das quais o poder Público poderá ressarcir-se de uma atividade prestada diretamente ao contribuinte, sendo certo que não há como se medir precisamente o "quantum" que o contribuinte se beneficia individualmente com a reparação das rodovias;**
- c) o preço público nasce da lei e é assim, compulsório, resultando de uma atuação estatal

que se desenvolve sob a égide de um regime público ao passo que a taxa é a contrapartida de uma representação contratual voluntária;

d) os preços públicos devem ser criados tão somente mediante lei (nunca decreto) que anteceda a cobrança dos mesmos pelo Estado, ao passo que as taxas, podem ser cobradas a qualquer momento, sem que haja necessidade de previsão legal ou até mesmo de específica contraprestação estatal.

85) Se o Estado de São Paulo decidir não mais cobrar o imposto "causa mortis" certamente poderá:

a) renunciar à competência tributária que lhe foi concedida, declinando-a, decidindo por meio de lei que não mais tributará determinado fato, inscrito na sua esfera de competência tributária;

**b) fazê-lo, simplesmente não se utilizando da competência tributária que lhe foi concedida pela Constituição Federal, uma vez que, na maioria dos casos, seu exercício é facultativo;**

c) delegar tal competência à União, através de lei específica ou convênio que celebrem, suscetível de transferir competência tributária, exclusiva do estado, a outra entidade política;

d) fazê-lo, desde que haja comum acordo com os interesses da União, dos Municípios e do Distrito Federal, que deverão elaborar norma jurídica autorizativa.

86) Sobre a lei tributária sob o aspecto temporal, podemos afirmar que a mesma é:

**a) irretroativa, pois, em se tratando de lei que cria ou aumenta tributo, esta regra é absoluta;**

b) retroativa, tão somente quando criar ou definir infrações tributárias;

c) retroativa, quando não beneficia o contribuinte, e irretroativa, no caso contrário;

d) irretroativa, quando somente ela assim expressamente o estipular.

87) Precisa obedecer o princípio da anterioridade o seguinte tributo:

a) imposto sobre importação de produtos estrangeiros;

**b) imposto que incide sobre a propriedade de veículos automotores;**

c) o imposto lançado sobre o motivo de guerra externa;

d) o imposto sobre os produtos industrializados.

88) Quando se caracteriza a situação de depositário fiscal de tributos e contribuições federais?

**a) no instante em que comete a retenção;**

b) no ato da expedição da certidão para cobrança do crédito;

c) no momento da distribuição da execução no juízo competente;

d) no fim do processo administrativo para apuração do crédito.

89) A isenção tributária pode só ser concedida:

**a) por lei ordinária, por lei complementar, por decreto legislativo do Congresso Nacional e por decreto legislativo estadual ou distrital;**

b) pelos Procuradores das Fazendas Públicas, com o consentimento dos Juízes de Direito, nas Execuções Fiscais;

c) pelos Chefes do Executivo;

d) pelo Ministério Público, que também poderá conceder a anistia tributária.

90) Ao perdão da sanção tributária, dá-se o nome de:

**a) anistia;**

b) isenção;

c) remissão;

d) exclusão.

91) Segundo o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil e o Provimento nº 66/88 do Conselho Federal da OAB, a função de Diretoria Jurídica em qualquer empresa, pública, privada ou paraestatal:

a) pode ser exercida por quem é bacharel em ciências jurídicas, independentemente de inscrição nos quadros da Ordem;

b) é privativa dos concursados em exame público, independentemente de inscrição nos quadros da Ordem;

**c) é privativa de advogado, não podendo ser exercida por não inscrito na Ordem;**

d) pode ser exercida por qualquer cidadão, conforme garantia constitucional.

92) O fundamento para imposição do sigilo profissional aos profissionais do direito:

a) decorre do direito natural ensinado ao longo de centenas de gerações de juristas;

**b) decorre da ordem pública que assegura ao advogado a inviolabilidade no exercício da profissão;**

c) decorre da confiança depositada pelo cliente no profissional escolhido para defender os seus direitos fundamentais;

d) decorre do contrato de prestação de serviços, garantido que é pelo Estatuto e Código de Ética.

93) Advogado atuante na área criminal foi chamado para depor em juízo, sobre fato ocorrido com ex-cliente que lhe outorgara falso mandato procuratório. À luz da ética profissional:

a) estará impedido de depor, em face do atendimento direto ao cliente;

b) estará impedido de depor, mesmo sabendo que era falso o mandato procuratório;

**c) poderá vulnerar o segredo profissional, tendo em vista a falsidade do mandato;**

d) poderá depor, porém deverá silenciar sobre segredos revelados pelo cliente.

94) Advogado que, sendo empregado de empresa, em nome dela se recusa a praticar ato

que considera ilegal:

- a) comete infração ética, pois está ligado à empresa em decorrência de contrato trabalhista que deverá ser respeitado acima de tudo;
- b) determina que a empresa consulte o Tribunal de Ética e Disciplina para apuração do grau de relevância do assunto;
- c) obedece os princípios éticos e disposições estatutárias, ainda que exista relação laboral;**
- d) nenhuma das alternativas é correta.

95) Contratado por um cliente, advogado postulou remir determinados bens em execução, tendo depositado em juízo valor que recebeu de terceiro, por indicação do próprio cliente. Frustrado o ato judicial, o advogado vem sendo interpelado pelo terceiro que forneceu os meios. A prestação de contas:

- a) é devida àquele que o contratou, logo, ao seu cliente;**
- b) é devida àquele que forneceu o numerário necessário, logo, credor direto;
- c) é devida perante o juízo onde foi praticado o ato judicial frustrado;
- d) a questão não envolve procedimento ético, mas, apenas questão processual.

96) Tendo ocorrido desentendimento entre o advogado e seu cliente, este, sem ter procedido ao acerto de honorários, solicitou que aquele desistisse do mandato, sem reservas, e lavrasse substabelecimento sem declinar o nome do novo profissional para a causa. À luz da ética este advogado deverá:

- a) não outorgar o substabelecimento em branco, mas renunciar à causa, reservando-se o direito de cobrança dos honorários;**
- b) outorgar o substabelecimento, ainda que em branco, e comunicar ao juízo da causa, reservando-se o direito de cobrança dos honorários;
- c) não outorgar o substabelecimento em branco até que os honorários sejam adimplidos;
- d) outorgar o substabelecimento, ainda que em branco, e levar a efeito a competente reserva de poderes para fazer juz aos honorários.

97) O Código de Ética e Disciplina e a Resolução nº 02/92 do Tribunal de Ética e Disciplina vedam a propaganda e a publicidade do advogado, permitindo, entretanto, anúncio de forma discreta e moderada. Em face desse fundamento o advogado só poderá:

- a) anunciar em rádio, televisão e outros meios similares, desde que mencione o seu nome, endereço, número de inscrição, podendo informar que atende sem compromisso;
- b) anunciar em revistas e jornais restringindo-se à menção do seu nome completo, número de inscrição na OAB, títulos obtidos ou conferidos por universidades;**
- c) anunciar em revistas, jornais e folhetos, desde que mencione o nome de seu escritório, endereço e especialidades, tais como: levantamento de FGTS, compulsórios ou direitos dos aposentados;
- d) anunciar em qualquer veículo de comunicação desde que restrito ao nome, endereço, número de inscrição e especialidades.

98) O novo Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei nº 8.906/94) aprimorou as regras sobre infrações ético-disciplinares, determinando inclusive que fosse elaborado um novo Código de Ética e Disciplina. Uma das alterações mais profundas das novas regras determinou que:

a) os advogados que atentem contra a ética e a disciplina, desde que inscritos há mais de dez anos na mesma Seccional da OAB, têm foro privilegiado e serão julgados por Comissão Especial, composta de Conselheiros;

**b) toda infração ético-disciplinar é processada pelas Subseccionais ou Seccionais e julgada pelo Tribunal de Ética e Disciplina;**

c) diante da existência do novo Código de Ética e Disciplina as infrações ético-disciplinares, com processos em andamento, desde que cometidas durante a vigência das regras anteriores, foram anistiadas e os processos arquivados;

d) em face da extinção das Comissões Disciplinares das Seccionais a aplicação das penalidades impostas passou a ser dos Tribunais de Ética e Disciplina.

99) A propositura de eventual ação judicial de cobrança de advogado é direito assegurado pelo Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (arts. 2 e seguintes). A mesma Lei 8.906/94, no entanto, estabelece prazo prescricional, a partir do fato gerador, que é contado:

**a) da data do vencimento do contrato, se houver;**

b) da data da publicação da sentença condenatória à sucumbência da parte vencida;

c) da data de início do contrato de honorários avençado com o cliente;

d) da data em que foi outorgado o mandato procuratório pelo cliente.

100) A criação e celebração dos denominados "convênios jurídicos" para prestação de serviços de advocacia e a consequente redução dos valores mínimos estabelecidos na Tabela de Honorários da OAB, implica:

a) a valorização da cidadania e colaboração com as normas governamentais;

b) a solidariedade social para com os carentes e necessidades de prestação jurisdicional;

**c) inculcar, captar clientes e angariar causas;**

d) atender aos preceitos constitucionais do amplo acesso ao poder jurisdicional.